



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DE 3.04.12

No dia 3 de abril de 2012, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, no auditório da SMPDU, localizado à Rua Teixeira Amaral, Nº. 50, Centro, realizou-se 90ª. reunião, ordinária, do COMPATRI. Abrindo a reunião, a presidente **Maria Cristina Cairo Silva** deu as boas vindas aos presentes: **Guilherme Moraes**, membro suplente, representante da SEMMA; **Rafael Arrelaro**, membro titular, representante do IPHAN; **Marília Palhares**, membro suplente, representante do IEPHA; **Hermes Oliveira**, membro suplente, representante da AGTOP; **Agostinho Barroso**, membro suplente, representante do INPAS; **Eliana Camargo**, membro suplente, representante da ONG Serra do Trovão; **Gabriela Rangel**, membro titular, representante da FAOP; **Flávio Andrade**, membro titular, representante da FAMOP; **Rodrigo da Conceição Gomes**, membro titular, representante da AMIC. Contando ainda com a presença do historiador representante da SMCT, **João Paulo Martins**; do gestor da Casa da Ópera, **Marcelino Ramos**; das representantes da Memória Arquitetura, **Patrícia Pereira e Januaceli**. Justificaram ausência: **Erça Santana, Juarez Basílio, Gabriela Gomes, Sandra Fosque, Cristina Simão e Rodrigo Meniconi**. Dando início aos trabalhos, **Cristina Cairo** informou que a próxima reunião, em 8 de maio, será a reunião de posse dos conselheiros, conforme a nova composição. Dando seguimento, foi feita a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada por unanimidade. Cristina falou dos assuntos da pauta: **1. Votação pela abertura do processo de tombamento da Capela Santo Amaro, em Botafogo; 2. Abertura do processo de tombamento do núcleo histórico de Glaura**. Passando ao primeiro assunto da pauta, **Cristina** lembrou que o tombamento da Capela de Santo Amaro foi solicitado pelo prefeito de Ouro Preto, Angelo Oswaldo. **Agostinho Barroso** disse que o Pároco Marcelo deverá ser comunicado. **Cristina** informou que o pároco responsável sempre é informado da abertura do processo de tombamento. **Marília Palhares** perguntou como se dá o processo no âmbito municipal. **Cristina** explicou que todos os tombamentos realizados até hoje foram pedidos e legitimados pela comunidade envolvida com o bem a ser protegido, sendo esse pedido do prefeito, uma exceção. Posteriormente ao pedido, é feita uma apresentação do bem ao Conselho, como será feita hoje, e os conselheiros decidem se será aberto processo de tombamento, decidida a abertura, abre-se processo administrativo, o proprietário ou responsável é informado e tem um prazo para impugnação, depois é que é votado definitivamente o tombamento. **Cristina** sugeriu aos conselheiros que passassem ao segundo assunto da pauta, ou seja, que fosse apresentado o dossiê sobre Glaura antes da votação. Os



34 conselheiros concordaram. Passando ao segundo assunto da pauta, Cristina lembrou que foi
35 solicitada à empresa EPO Engenharia, como medida mitigadora do empreendimento “Moradas
36 Casa de Pedra”, em Glaura, a realização de dossiê de tombamento do distrito e a EPO
37 contratou a empresa Memória Arquitetura. **Cristina** apresentou da qual que preparou o dossiê
38 **Patrícia Pereira e Januaceli. Patrícia Pereira** apresentou o trabalho realizado, disse que foi
39 pensado o conjunto e não cada edificação na delimitação do perímetro tombamento proposto –
40 que inclui 184 (cento e oitenta e quatro) imóveis – com as diretrizes do que pode ou não pode
41 ser feito com cada bem e de acordo com seu nível. **Marília Palhares** perguntou quais foram os
42 critérios para a classificação dos níveis e porque um perímetro tão grande de imóveis passíveis
43 de demolição. Após o término da apresentação, houve discussão sobre o perímetro de
44 tombamento, **Cristina sugeriu uma vistoria dos conselheiros em Glaura, porque nem**
45 **todos conhecem o distrito, logo após a posse de acordo com a nova lei, em 8 de maio,**
46 **para que seja definido o perímetro de tombamento do núcleo histórico do distrito. Todos**
47 **os conselheiros concordaram. Cristina** agradeceu a **Januaceli e Patrícia**, que pediram
48 licença para se retirarem. Antes de passar à votação quanto à abertura do processo de
49 tombamento da Capela de Santo Amaro, **Cristina** perguntou se algum conselheiro queria se
50 manifestar. **Rafael** perguntou sobre a realidade da comunidade com a Capela. **Flávio Andrade**
51 disse que parece que a comunidade do bairro Cabeças é que organiza e participa das
52 celebrações em Botafogo. **Colocado em votação, a abertura do processo de tombamento**
53 **da Capela de Santo Amaro, em Botafogo, foi aprovada por unanimidade. Cristina** explicou
54 sobre o processo no Ministério Público sobre o Cumbe e posteriormente leu a recomendação
55 do MP para que seja tombado. **Os conselheiros pediram que o processo fosse escaneado**
56 **e passado por mensagem eletrônica (e-mail), juntamente com a ata. Marília** disse que fica
57 preocupada em votar pelo tombamento porque a mineração na pedreira vai continuar, o que
58 pode gerar conflito porque o Município não tem gestão sobre isso. **Eliana** sugeriu que o
59 conselho peça mais informações sobre o projeto do geopark e saber se o Município vai ter
60 recursos para gerenciar. Os conselheiros discutiram outra forma de proteção para que o
61 Município não tenha ônus depois. **Guilherme** se prontificou a fazer uma consulta a Paulo de
62 Tarso, professor da UFOP, e ficou de passar a resposta aos conselheiros por e-mail.
63 Posteriormente, **Cristina** passou a palavra para **Marcelino Ramos**, que se apresentou como
64 gestor da Casa da Ópera. **Marcelino** disse que houve um problema grave na restauração da
65 Casa da Ópera, em 2007, principalmente pela mudança do local da aparelhagem de
66 iluminação usada no teatro para a parte de baixo do palco. Ele disse que tem um relatório do



STI afirmando que o local é inadequado porque tem muita umidade, por essa razão perdeu 50% (cinquenta por cento) da capacidade da aparelhagem. **Marcelino** colocou que o projeto original colocava a aparelhagem na parte superior do teatro porque é de fácil acesso e é uma área mais ventilada, portanto, mais adequada, em sua opinião. Disse que um laudo sobre isso foi enviado à SMPDU porque a licitação para as obras de manutenção necessárias no teatro tem que se dar via patrimônio, a saber: **1. mudança de local da aparelhagem de iluminação; 2. descupinização; 3. pintura interna e externa; 4. reforma das cortinas; 5. restauração das cadeiras.** **Cristina** esclareceu que estas intervenções devem ser aprovadas pelo o Conselho Curador do Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ouro Preto – FUNPATRI, do qual **Rafael Arrelaro** é o presidente. **Rafael** citou a composição do Conselho Curador e disse a **Marcelino** para levar essa questão na próxima reunião do FUNPATRI. **Marília** sugeriu que COMPATRI faça um documento sobre a importância da conservação e da necessidade das obras no teatro ao Secretário Municipal de Cultura e Turismo e ao FUNPATRI. **Todos concordaram com a sugestão.** Nada mais havendo a tratar, **Cristina Cairo** encerrou a sessão, sendo os trabalhos registrados nesta ata que será assinada por mim, **Greiza Tavares**, designada para secretariar a reunião, e pelos conselheiros presentes. Ouro Preto, 3 de abril de 2012.

Maria Cristina Cairo Silva _____

Agostinho Barroso _____

Eliana Camargo _____

Flávio Andrade _____

Gabriela Rangel _____

Greiza R. Tavares dos Santos _____

Guilherme Moraes _____

Hermes Oliveira _____

Marília Palhares _____

Rafael Arrelaro _____

Rodrigo da Conceição Gomes _____